



CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA  
PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024  
PAE nº 2024/118636

Promotor: Estado do Pará   Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará			
CNPJ nº 07.730.458/0001-45			
<b>Objeto :</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de alimentação preparada, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, de acordo com as condições, quantidades e exigências estipuladas, conforme descrito no Termo de Referência.			
<b>Método de disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e fechado <input type="checkbox"/> Fechado e aberto			
<b>Critério de julgamento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Menor preço <input type="checkbox"/> Maior desconto			
Entrega			
Forma	Parcelada.		
Prazo	12 meses		
Local	Os serviços serão executados, prioritariamente, na Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizado na Avenida Dr. Freitas, no 2531, Bairro da Pedreira, Cidade de Belém, Estado do Pará.		
<b>Valor global anual estimado:</b> R\$ 496.875,00. (quatrocentos e noventa e seis mil oitocentos e setenta e cinco)			
Reajuste Índice	<input checked="" type="checkbox"/> IPCA	<input type="checkbox"/> INCC	<input type="checkbox"/> Outro:
	<input type="checkbox"/> INPC	<input type="checkbox"/> IGPM	
Período	A cada 12 meses		
Pagamento			
Forma	Ordem Bancária Eletrônica.		
Prazo	O prazo para pagamento, após o recebimento e aceite da Nota Fiscal, efetivar-se-á em até 20 (vinte) dias úteis;		
Abertura da sessão pública			
Data	17/04/2024. Local: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> Hora: 10h00min.		



CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA  
PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024.  
PAE nº 2024/118636

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1  
Promotor do pregão ..... 3

CLÁUSULA 2  
Fundamento legal ..... 3

CLÁUSULA 3  
Objeto ..... 3

CLÁUSULA 4  
Grupamento em lote ..... 4

CLÁUSULA 5  
Condições para participar da licitação ..... 4

CLÁUSULA 6  
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação ..... 7

CLÁUSULA 7  
Preenchimento da proposta..... 10

CLÁUSULA 8  
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances..... 11

CLÁUSULA 9  
Julgamento das propostas ..... 17

CLÁUSULA 10  
Habilitação..... 20

CLÁUSULA 11  
Adjudicação e homologação..... 27

CLÁUSULA 12  
Recursos ..... 30

CLÁUSULA 13  
Infrações e Sanções Administrativas ..... 31

CLÁUSULA 14  
Impugnação ao Edital ..... 35

CLÁUSULA 15  
Disposições Finais ..... 36

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25DE45505EA.67E2E39ECEC54416



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**REGULAMENTO DA  
COMPETIÇÃO**

**CLÁUSULA 1**

**Promotor do pregão**

**1.1** O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará**, CNPJ nº 07.730.458/0001-45, com sede na Av. Dr. Freitas 2531, Marco - CEP: 66087-812, neste ato representado pela **LUIZIEL HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, Secretário de Estado de Educação, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.920, em 04 de abril de 2022, e Sra. **KARINA FAMPA DE SOUZA ARAUJO LIMA**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, Coordenadora de Relações Governamentais, nomeada através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.644, em 14 de dezembro de 2023.

**CLÁUSULA 2**

**Fundamento legal**

**2.1** A presente licitação será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 3.371/23 - Sistema de Registro de Preços, Decreto Estadual nº 2.939/2023, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria 031/2023 que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

**CLÁUSULA 3**

**Objeto**

**3.1** O objeto desta licitação é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de alimentação preparada, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, de acordo com as condições, quantidades e exigências estipuladas** conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual adere a este documento para todos os fins.

**3.1.1** A licitação observará o seguinte:

☐ **Item único;**



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do Anexo A deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ **Lote único**, formados **por 09 itens**, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### CLÁUSULA 4

##### Justificativa do Grupamento em lote

**4.1** A contratação por lote se dá em razão de ser a alternativa mais eficiente e eficaz na prestação dos serviços ora propostos, a fim de tornar célere o processo licitatório. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo erário público.

#### CLÁUSULA 5

##### Condições para participar da licitação

**5.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**5.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**5.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 5.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**5.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 5.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**5.5** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - CNPJ nº 07.330.458/0001-45 e-mail: [licitacao@pa.gov.br](mailto:licitacao@pa.gov.br)

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**5.6** Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens e ela necessários;
- d.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- e.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- h.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- i.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**5.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**5.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**5.9** O impedimento de que trata a [alínea e do item 5.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**5.10** O disposto nas [alíneas b e c do item 5.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**5.11** A proibição do [item 5.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

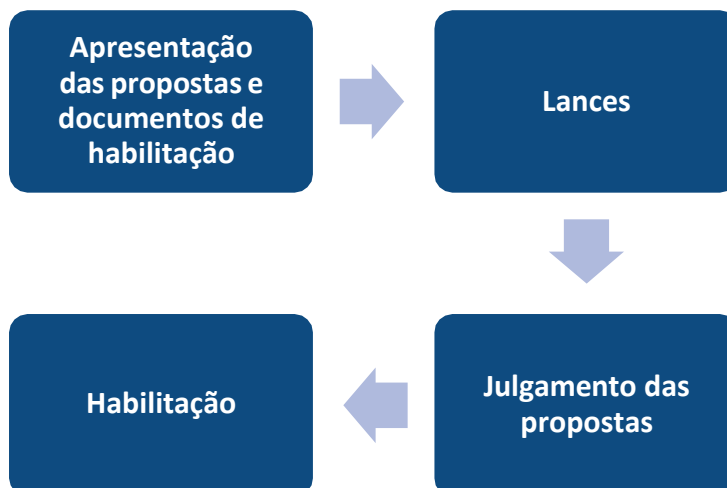


**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**CLÁUSULA 6**

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**6.1** A licitação terá as seguintes fases:



**6.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**6.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**6.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**6.5** A realização de declarações falsas nos [itens 6.3](#) e [6.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**6.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**6.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**6.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**6.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**6.11** O valor final mínimo parametrizado na forma do [item 6.9](#) será **sigiloso** para os demais licitantes e para o promotor, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**6.12** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**6.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA 7

### Preenchimento da proposta

**7.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**a** ☒ valor unitário do item/lote.

☐ (percentual)desconto.

**b.** Marca.

**c.** Fabricante.

**d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação doTR.

**7.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**7.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 8.13](#). Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.5** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislaçãovigente.

**7.6** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**7.7** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**7.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

**a.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

**1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou

**2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**CLÁUSULA 8**

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

**8.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**8.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**8.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**8.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**8.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o AGENTE DE CONTRATAÇÃO e os LICITANTES.

**8.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor unitário do item/lote**.

**8.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**8.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**8.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

**8.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**8.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA  
PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

8.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 8.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

8.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

8.18 No caso de desconexão com o AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

8.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o AGENTE DE CONTRATAÇÃO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 horas** da comunicação deste fato pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21 Em relação a itens **não exclusivos** para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - CNPJ nº 07.30.458/0001-45 e-mail: [licitacao@pa.gov.br](mailto:licitacao@pa.gov.br)

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39E9EC54416



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

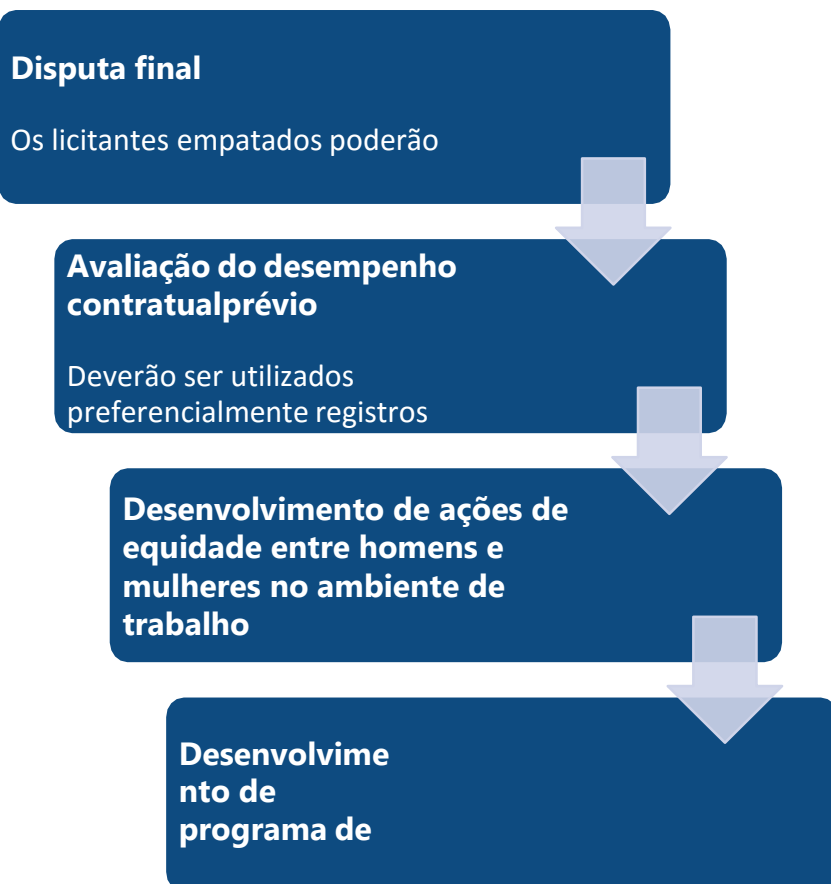
**8.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**8.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**8.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**8.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**8.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

- 1º** • Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.
- 2º** • Empresas brasileiras.
- 3º** • Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 4º** • Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

**8.25** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**8.26** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**8.27** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**8.28** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.29** O AGENTE DE CONTRATAÇÃO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**8.30** É facultado ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO **prorrogar o prazo** estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**8.31** Após a negociação do preço, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## CLÁUSULA 9

### Julgamento das propostas

**9.1** Encerrada a negociação do preço, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se o

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - CNPIME sob nº 07.730.458/0001-45 / e-mail: [licitacao@palacio.pa.gov.br](mailto:licitacao@palacio.pa.gov.br)

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

LICITANTE pro- visoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regula- mentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**9.1.1** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**9.1.2** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento: A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

**9.1.3** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

**9.1.4** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**9.2** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**9.3** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

**9.4** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**9.5** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.5.1** Contiver vícios que não possam ser sanados;

**9.5.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;

**9.5.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.5.4** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

**9.5.5** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou

**Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 - Belém - Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860**

**CCG/PA - CNPJ nº 07.30.458/0001-45 e-mail: [licitacao@pa.gov.br](mailto:licitacao@pa.gov.br)**

**Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40**





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

É indício de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores a 50%** do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

**9.5.6** É indício de **inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%** do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises;

**9.6** É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises;

**a)** Verificação se o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b)** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada;

**9.7** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**9.8** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**9.9** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**9.11** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.11.1** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.11.2** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.12** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**9.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**9.15** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

**9.15.1** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO; ou

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - CNPJ nº 06.945.800/0001-45 - e-mail: licitacao@pa.gov.br

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**9.15.2** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**9.16** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## CLÁUSULA 10

### Habilitação

**10.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**10.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.5.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**10.6** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**10.7** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**10.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**10.9** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**10.10** Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

**10.11** Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

**10.12** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**10.13** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**10.14** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO constitui prova para fins de habilitação.

**10.15** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

**10.16** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**10.17** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

**a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

**b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.18** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.19** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 10.15](#).

**10.20** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

### **Habilitação jurídica**

**10.21** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.22** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.23** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.24** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.25** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 - Belém - Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - Pregão Eletrônico nº 90002/2024-CCG/PA - Edital nº 001/2024-CCG/PA - Processo nº 2024/118636-CCG/PA

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.26** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.27** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**10.28** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**10.29** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**10.30** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.31** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.32** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.33** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.34** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.35** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.36** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.37** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

O FORNECEDOR deverá apresentar:

a) Alvará de funcionamento emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária da sede da licitante;

b) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de trabalho, no mínimo 01 (um) Nutricionista ou Engenheiro de Alimentos e 01 (um) Gastrônomo. Devendo ser comprovado esse vínculo através de:

I - registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou contrato social;

II - declaração de corresponsabilidade do nutricionista e ou engenheiro de alimentos, Gastrônomo e;

III - certidão de registro desse profissional expedida pelo respectivo conselho de classe. O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, preferencialmente, nome, endereço e telefone do contato do atestador.

**10.44.2** Declaração de que conhece as condições para execução dos serviços objeto desta licitação, nada podendo alegar em seu favor futuramente caso seja avencedora do certame.

**10.44.3** Declaração de que possui equipe qualificada, incluindo maître, copeiras, garçons, e, quando necessário, chef de cozinha com conhecimento básico de língua inglesa ou espanhola, devidamente comprovado;

**10.44.4** Declaração de que possui no seu quadro de pessoal Profissionais especializados na área Gastronomia e/ou chefe de cozinha, com cursos nacionais e internacionais, devidamente comprovado;

**10.44.5** Os alimentos devem ser frescos, de alta qualidade e seguros para consumo;

**10.44.6** - Inclusão de opções para dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, glúten, lactose, etc.);

**10.44.7** Cardápios variados e balanceados para diferentes tipos de eventos;

**10.44.8** Cozinha industrial com capacidade mínima de produção de 500 (quinhentas) refeições diárias;

**10.44.9** Mobiliário próprio de suporte à execução dos serviços para atendimentos estimados de no mínimo 500 pessoas por evento, em até 03 eventos simultâneos.

**10.44.10** Utilização de utensílios de alta qualidade, como rechauds e talheres de prata ou de aço inox; pratos e xícaras de porcelana; copos e taças de cristal e/ou vidro de ótima qualidade; travessas, baixelas e recipientes compatíveis aos serviços solicitados;

**10.44.11** Disponibilidade de equipamentos específicos, como câmara frigorífica, forno combinado (self-cook-center) e super resfriador/congelador;

**10.44.12** Transporte próprio adaptado para garantir a segurança, higiene e temperatura dos alimentos;

**10.44.13** Profissionais especializados da área de Gastronomia, com cursos nacionais e internacionais;

**10.44.14** Equipe qualificada, incluindo maître, copeiras, garçons, e, quando necessário, chef de cozinha com conhecimento básico de língua inglesa ou espanhola;

**10.44.15** Capacidade para atender eventos de grande porte, com proporções adequadas de profissionais de serviço;

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 - Belém - Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860

CCG/PA - Pregão Eletrônico nº 90002/2024-CCG/PA - Processo nº 2024/118636-CCG/PA - Edital nº 001/2024-CCG/PA

Consulства Autenticidade de Documentos em Português: [licitacao@cpadacao.pa.gov.br](http://www.licitacao@cpadacao.pa.gov.br)

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40





**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**10.44.16** Rigorosos procedimentos de higiene pessoal para toda a equipe envolvida nos serviços de alimentação;

**10.44.17** Controle de qualidade microbiológico dos alimentos, assegurando segurança alimentar;

**10.44.18** Para convocação do quantitativo, será admitido atestados de Capacidade Técnica que comprovem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do quantitativo do(s) item (ns) o(s) qual(ais) a(s) interessada(as) esteja(m) apresentando proposta.

**10.44.19** Todas as especificações e exigências técnicas estão disponibilizadas no Termo de referência e seu anexo.

## CLÁUSULA 11

### Adjudicação e homologação

**11.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**11.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## CLÁUSULA 12

### Recursos

**12.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**12.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**12.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- b.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- c.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidir-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- d.**





CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA  
PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:</p> <p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p> <p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p> <p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p> <p>4. Deixar de apresentar amostra;</p> <p>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p> <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p><b>Multa</b></p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p>	<p><b>Multa</b></p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p><b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b></p>



CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA  
PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA

- 12.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indis-pensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.
- 12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meiodo Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 13

Infrações e sanções administrativas

13.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com asseguintes sanções:

- g.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

  1. Agir em conluio ou contra a lei;
  2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**h.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**i.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.
- 

13.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

13.3. As sanções previstas no [item 13.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminaldos envolvidos.



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

**13.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **Dez dias úteis** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**13.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**13.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**13.9** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 13.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia deproposta em favor do PROMOTOR.

**13.11** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.12** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.13** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**13.14** O recurso a que se refere o [item 13.12](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**13.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

## CLÁUSULA 14

### Impugnação ao edital

**14.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da LeiFederal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**14.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**14.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, através do e-mail [licitacao@palacio.pa.gov.br](mailto:licitacao@palacio.pa.gov.br).

**14.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**14.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

## CLÁUSULA 15

### Disposições finais

**15.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**15.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

**15.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão públi- caobservarão o horário de Brasília-DF.

**15.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir- se-á o diado início e incluir-se-á o do vencimento.

**15.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato,

**Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91) 3216 8860**

**CCG/PA - CNPIME nº 07/30.458/0001-45 e-mail: [licitacao@palacio.pa.gov.br](mailto:licitacao@palacio.pa.gov.br)**

**Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 40**



**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CCG/PA Nº 90002/2024-CCG/PA**  
**PROCESSO Nº 2024/118636-CCG/PA**

observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência.

**15.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**15.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO A – Termo de Referência / Especificações Técnicas .

ANEXO B – Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO C – Minuta do Contrato.

Belém (PA), 04 de Abril de 2024.

**Karina Fampa de souza araujo Lima**  
Coordenadora de Relações Governamentais.

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25DE45505EA.67E2E39ECEC54416



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de alimentação preparada, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, de acordo com as condições, quantidades e exigências estipuladas neste Termo de Referência.

Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	1	<b>Brunch:</b> Café com e sem açúcar, chá (mínimo de três opções), leite frio e quente, chocolate quente com e sem açúcar, sucos naturais de frutas (mínimo de duas opções), iorgutes diversificados, água mineral com e sem gás, pães e biscoitos frescos e variados, manteiga com e sem sal, mel, geleia de frutas (mínimo de três tipos), mínimo de 06 (seis) frios e embutidos, mínimo de 06 (seis) salgados entre quentes e frios, ovos, frutas frescas e variadas, bolos, cereais, pratos quentes (mínimo de duas opções), pratos frios (mínimo de duas opções) e sobremesas (mínimo de duas opções).		UND	1000	R\$ 103,15	R\$ 103.150,00
	2	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 1):</b> Servido à americana com no mínimo 03 (três) entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de		UND	300	R\$ 178,00	R\$ 53.400,00

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada mesa de chá, café e petit fours para serem servidos ao final do almoço ou jantar. Cobertura completa: uso de xícaras e pratos de louça, copos/taças em cristal, maitre, garçons, copeira etc.					
3	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 2):</b> Servido à francesa com no mínimo 03 (três) tipos de entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada mesa de chá, café e petit fours, para serem servidos ao final do almoço ou jantar.		UND	100	R\$ 266,80	R\$ 26.680,00
4	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 3):</b> Servido à inglesa com no mínimo 03 (três) entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais		UND	300	R\$ 283,90	R\$ 85.170,00

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	(vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada mesa de chá, café e petit fours para serem servidos ao final do almoço ou jantar.					
5	<b>Bebidas:</b> mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas		UND	500	R\$ 36,13	R\$ 18.065,00
6	<b>Refeição Rápida:</b> em porções de prato principal, acompanhamentos, disposta em recipiente térmico, descartável, acompanhada de bebida não alcoólica e sobremesa.		UND	2000	R\$ 48,43	R\$ 96.860,00
7	<b>Coquetel (tipo 1):</b> Serviço volante de até 15 (quinze) variedades de salgados entre quentes e frios, até 10 (dez) tipos de variedade de doces finos, contendo especiarias regionais, acompanhado de até 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas.		UND	500	R\$ 69,50	R\$ 34.750,00
8	<b>Coquetel (tipo 2):</b> Serviço volante de até 15 (quinze) variedades de salgados entre quentes e frios, até 10 (dez) tipos de variedade de doces finos, acrescido por no mínimo 03 (três) tipos de mini-porção de pratos quentes ou frios, contendo especiarias regionais, acompanhado de até 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Cobertura completa: uso		UND	500	R\$ 93,15	R\$ 46.575,00

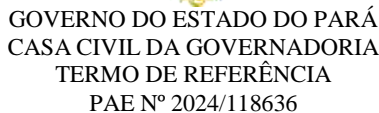
ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39CEC54416



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	de xícaras e pratos de louça, copos/taças em cristal, maitre, garçons, copeira etc.					
9	<b>Coffe Breack:</b> Café, chá (mínimo de duas opções), sucos de frutas (mínimo de três variedades), biscoitos salgados e doces (frescos, finos e variados), mínimo de 02 (dois) tipos de bolos, mini sanduiches e três tipos de frutas.		UND	500	R\$ 64,45	R\$ 32.225,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO		R\$ 496.875,00				
2. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTE						
2.1 A contratação por lote se dá em razão de ser a alternativa mais eficiente e eficaz na prestação dos serviços ora propostos, a fim de tornar célere o processo licitatório. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo erário público.						
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
3.1 QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	3.1.1 O fornecimento de serviços de alimentação preparada, abrangendo a oferta de cardápios variados e adequados a diferentes tipos de eventos, tais como cafés da manhã, brunch, almoços/jantares de diversos tipos, coquetéis, coffee breaks, entre outros, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará.					
4. NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO						
4.1 NATUREZA	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço comum de natureza continuada.					
4.2 HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar. <input type="checkbox"/> Não.					
4.3 HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<p>A necessidade de assistência técnica para os serviços especializados de alimentação da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará faz-se necessária para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.</p> <p><b>Manutenção Contínua da Qualidade:</b></p> <p>a) A assistência técnica será indispensável para garantir a manutenção da qualidade dos serviços ao longo do tempo.</p> <p>b) Possibilidade de avaliação constante dos processos, identificando oportunidades de melhorias e garantindo a excelência na execução dos serviços.</p> <p><b>4.3.3. Atendimento Rápido a Possíveis Problemas:</b></p> <p>a) Garantia de atendimento rápido e eficaz em casos de eventuais problemas que possam surgir durante a execução dos serviços.</p> <p>b) Assegura a resolução imediata de situações emergenciais, evitando impactos negativos nos eventos e nas atividades da Casa Civil.</p> <p><b>4.3.4. Capacitação Periódica da Equipe:</b></p> <p>a) Inclusão de treinamentos periódicos como parte da assistência técnica, proporcionando atualização constante da equipe em relação às boas práticas, normas de segurança e tendências no setor gastronômico.</p> <p><b>4.3.5. Utilização de Inovações Tecnológicas:</b></p> <p>a) A assistência técnica envolverá o acompanhamento das inovações tecnológicas no setor de serviços de alimentação, visando à modernização e otimização dos processos sempre que necessário.</p> <p><b>4.3.6 Suporte Administrativo Especializado:</b></p> <p>a) Provisão de suporte técnico-administrativo para lidar com questões burocráticas, documentação e demais demandas administrativas relacionadas à prestação dos serviços.</p>					

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416



## 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1.FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b> , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input checked="" type="checkbox"/> <b>Pregão Eletrônico.</b>
5.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
5.3. O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
5.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	- A proposta deve atender integralmente às especificações técnicas detalhadas no ETP, assegurando a plena conformidade dos serviços prestados; - A empresa proponente é obrigada a apresentar documentação que comprove o atendimento a todas as normas legais e sanitárias, incluindo certificações e autorizações necessárias; - Os valores propostos devem obedecer aos limites estabelecidos na planilha de composição de preços do orçamento estimado, garantindo a competitividade e a adequação financeira.
5.5. HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não

## 6. REQUISITOS DA CONTRATADA

<p><b>6.1. SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>	<p>- Será avaliada a experiência e a qualificação técnica da empresa na prestação de serviços de alimentação, considerando trabalhos similares realizados anteriormente:</p> <p><b>1. Apresentação de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica,</b> fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou ou esta executando, a contento, serviço de fornecimento de refeições, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que a Casa Civil da Governadoria possa valer-se para manter contato com os declarantes e comprovar:</p> <p><b>a)</b> que realizou pelo menos 1(um) evento no qual foi prestado o serviço de alimentação, do tipo almoço ou jantar à francesa, para no mínimo 30 (trinta) ou mais convidados, com a presença de 2 (duas) ou mais autoridades; <b>b)</b> considerar-se-ão altas autoridades, para os fins desta contratação: Presidentes dos Tribunais Superiores, Chefes de Estado e/ou de Governo, Secretários do Governo, Ministros, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes das câmaras municipais e vereadores.</p>
<p><b>6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade</p>	<p>- Declaração de que possui a qualificação e a equipe necessária para a execução do serviço;</p> <p>- O FORNECEDOR deverá apresentar:</p> <p>a) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, no mínimo 01 (um) Nutricionista ou Engenheiro de Alimentos e 01 (um) Gastrônomo e/ou 01 (um) Chefe de cozinha. Devendo ser comprovado esse vínculo através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou contrato social;</li> <li>declaração de corresponsabilidade do nutricionista e ou Engenheiro de Alimentos e/ou Gastrônomo e;</li> <li>certidão de registro desse profissional expedida pelo respectivo conselho de classe.</li> </ol>

Identificador de autenticação: 8885893.9289.ADA.5822ABBCA5F6A226AB5  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2024/18636 Anexo/Sequencial: 23

EM 05/04/2024 14:36	ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
---------------------	---



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	profissional competente.	<ul style="list-style-type: none"><li>– Declaração de que possui equipe qualificada, incluindo maître, copeiras, garçons, e, quando necessário, chef de cozinha com conhecimento básico de língua inglesa ou espanhola, devidamente comprovado;</li><li>– Declaração de que possui no seu quadro de pessoal Profissionais especializados na área Gastronomia e/ou chefe de cozinha, com cursos nacionais e internacionais, devidamente comprovado;</li><li>- Declaração de que conhece as condições para execução dos serviços objeto desta licitação, conforme descrito neste Termo de referência, nada podendo alegar em seu favor futuramente caso seja a vencedora do certame.</li></ul>																																											
6.3. HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Adoção de práticas sustentáveis, como o uso de embalagens biodegradáveis e a minimização do desperdício de alimentos;</li><li>- Preferência por insumos e produtos locais, promovendo a economia regional.</li></ul>																																											
6.4. HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<table><tr><td>Risco:</td><td>Greves ou Paralisações no Setor de Alimentação</td></tr><tr><td>Probabilidade:</td><td>Baixa</td></tr><tr><td>Impacto:</td><td>Alto</td></tr><tr><td>Dano 1:</td><td>Interrupção no fornecimento de alimentos devido a greves ou paralisações</td></tr><tr><td>Tratamento:</td><td>Mitigar.</td></tr><tr><td colspan="2">Ação Preventiva</td></tr><tr><td colspan="2">Monitorar indicadores do setor de alimentação que possam indicar possíveis movimentos grevistas.</td></tr><tr><td colspan="2">Incluir cláusulas contratuais que incentivem o cumprimento dos prazos mesmo em situações de greve, quando possível.</td></tr><tr><td colspan="2">Ação de Contingência</td></tr><tr><td colspan="2">Desenvolver um plano de contingência que contemple alternativas de fornecimento, como a reserva técnica de alimentos ou a possibilidade de contratação emergencial de outros fornecedores.</td></tr><tr><td colspan="2">Monitorar de perto o cenário sindical e, em caso de indícios de greve iminente, acionar prontamente o plano de contingência, buscando soluções rápidas e eficientes.</td></tr><tr><td>Risco:</td><td>Variações de Preços no Mercado de Insumos Alimentícios</td></tr><tr><td>Probabilidade:</td><td>Alta</td></tr><tr><td>Impacto:</td><td>médio</td></tr><tr><td>Dano 1:</td><td>Aquisição de alimentos de qualidade abaixo do esperado pela administração.</td></tr><tr><td>Tratamento:</td><td>Mitigar.</td></tr><tr><td colspan="2">Ação Preventiva</td></tr><tr><td colspan="2">Monitorar regularmente os índices de variação de preços de insumos alimentícios no mercado.</td></tr><tr><td colspan="2">Incluir cláusulas contratuais que prevejam reajustes de preço com base em índices econômicos</td></tr><tr><td colspan="2">Ação de Contingência</td></tr><tr><td colspan="2">Renegociar contratos ou buscar novos fornecedores em caso de</td></tr></table>		Risco:	Greves ou Paralisações no Setor de Alimentação	Probabilidade:	Baixa	Impacto:	Alto	Dano 1:	Interrupção no fornecimento de alimentos devido a greves ou paralisações	Tratamento:	Mitigar.	Ação Preventiva		Monitorar indicadores do setor de alimentação que possam indicar possíveis movimentos grevistas.		Incluir cláusulas contratuais que incentivem o cumprimento dos prazos mesmo em situações de greve, quando possível.		Ação de Contingência		Desenvolver um plano de contingência que contemple alternativas de fornecimento, como a reserva técnica de alimentos ou a possibilidade de contratação emergencial de outros fornecedores.		Monitorar de perto o cenário sindical e, em caso de indícios de greve iminente, acionar prontamente o plano de contingência, buscando soluções rápidas e eficientes.		Risco:	Variações de Preços no Mercado de Insumos Alimentícios	Probabilidade:	Alta	Impacto:	médio	Dano 1:	Aquisição de alimentos de qualidade abaixo do esperado pela administração.	Tratamento:	Mitigar.	Ação Preventiva		Monitorar regularmente os índices de variação de preços de insumos alimentícios no mercado.		Incluir cláusulas contratuais que prevejam reajustes de preço com base em índices econômicos		Ação de Contingência		Renegociar contratos ou buscar novos fornecedores em caso de	
Risco:	Greves ou Paralisações no Setor de Alimentação																																												
Probabilidade:	Baixa																																												
Impacto:	Alto																																												
Dano 1:	Interrupção no fornecimento de alimentos devido a greves ou paralisações																																												
Tratamento:	Mitigar.																																												
Ação Preventiva																																													
Monitorar indicadores do setor de alimentação que possam indicar possíveis movimentos grevistas.																																													
Incluir cláusulas contratuais que incentivem o cumprimento dos prazos mesmo em situações de greve, quando possível.																																													
Ação de Contingência																																													
Desenvolver um plano de contingência que contemple alternativas de fornecimento, como a reserva técnica de alimentos ou a possibilidade de contratação emergencial de outros fornecedores.																																													
Monitorar de perto o cenário sindical e, em caso de indícios de greve iminente, acionar prontamente o plano de contingência, buscando soluções rápidas e eficientes.																																													
Risco:	Variações de Preços no Mercado de Insumos Alimentícios																																												
Probabilidade:	Alta																																												
Impacto:	médio																																												
Dano 1:	Aquisição de alimentos de qualidade abaixo do esperado pela administração.																																												
Tratamento:	Mitigar.																																												
Ação Preventiva																																													
Monitorar regularmente os índices de variação de preços de insumos alimentícios no mercado.																																													
Incluir cláusulas contratuais que prevejam reajustes de preço com base em índices econômicos																																													
Ação de Contingência																																													
Renegociar contratos ou buscar novos fornecedores em caso de																																													

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39EC54416



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

		<p>aumento excessivo nos preços dos insumos.</p> <p>Alocação integral da Equipe envolvida na contratação em resposta e mitigação das causas que originaram o processo licitatório sem empresas interessadas.</p>
7. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO		
7.1. COMO OS SERVIÇOS DEVEM SER PRESTADOS?		<p>A empresa deverá fornecer toda a estrutura necessária, equipe qualificada e materiais adequados para a execução dos serviços, garantindo padrões de qualidade, segurança alimentar, e atendendo às especificidades exigidas pela Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará.</p> <p>Deverá dispor de cozinha industrial, com equipamentos compatíveis para cerca de 500 (quinhentas) produções diárias, devidamente acompanhadas e atestadas por nutricionista e/ou Eng. de Alimentos e/ou de Produção, conforme o objeto a ser contrato;</p> <p>Deverá Disponibilizar de equipamentos específicos, como câmara frigorífica, forno combinado (self-cook-center) e super resfriador/congelador;</p> <p>Deverá ter Armazenamento adequado de alimentos, garantindo a preservação da qualidade e prevenção de contaminações;</p> <p>Deverá dispor de material para conservação de alimentos necessários a fiel prestação dos serviços;</p> <p>Os alimentos devem ser frescos, de alta qualidade e seguros para consumo;</p> <p>Deverá ter Controle de qualidade microbiológico dos alimentos, assegurando a segurança alimentar;</p> <p>Os cardápios serão previamente aprovados pela Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, podendo ser objeto de degustação prévia, com ônus ao fornecedor, e ainda:</p> <p>I. Deverão ser variados e balanceados para diferentes tipos de eventos;</p> <p>II. Incluir opções para dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, glúten, lactose, etc.), conforme for solicitado a cada evento;</p> <p>Os serviços deverão ser prestados por maître, copeiras e garçons com experiência comprovada em eventos de porte daquele no qual prestarão os serviços e preparo para a função;</p> <p>Quando necessário será solicitado o serviço de maître e garçom/garçonete, bem como chef de cozinha com conhecimento básico (mínimo) de língua inglesa ou espanhola, devidamente certificados;</p> <p>Aos profissionais de serviço é obrigatório o uso de equipamentos de segurança e higiene, além de uniforme compatível com a função, sem identificação de marca comercial da Contratada;</p> <p>Nos serviços à francesa ou à inglesa, será exigida a proporção de 01 (um) garçom para cada 10 (dez) convidados;</p> <p>Nos demais serviços, será exigida a proporção de 01 (um) garçom para cada 15 (quinze) convidados.</p> <p>Os serviços deverão considerar o acompanhamento por staff de apoio pertinente à correta condução do serviço, da sua preparação ao seu encerramento, incluindo o recolhimento de todos os artefatos introduzidos no ambiente do evento, por ocasião da prestação dos referidos serviços;</p> <p>Deverá dispor de Transporte adequado para transportar a alimentação, com intuito de garantir a segurança, a conservação, a higiene e temperatura dos alimentos;</p> <p>Deverá disponibilizar de espaço físico (Casa de recepção) com no mínimo 500 m² (quinhentos), e capacidade para comportar 500 pessoas sentadas;</p>

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39E2EC54416





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	<p>Deverá ter Capacidade Física e logística para atender diferentes tipos de eventos, desde pequenas reuniões até grandes cerimônias oficiais, simultâneamente;</p> <p>Deverá disponibilizar de mobiliário próprio, para execução dos serviços para atendimentos estimados de no mínimo 500 pessoas por evento, em até 03 eventos simultâneos.</p> <p>A Contratada deverá possuir acervo de utensílios de alta qualidade, com rechauds e talheres de prata ou de aço inox; pratos e xícaras de porcelana; copos e taças de cristal e/ou vidro de ótima qualidade; travessas, baixelas e recipientes compatíveis aos serviços solicitados; mobiliário próprio de suporte à execução de seus serviços, para atendimentos estimados em até 500 (quinhentas) pessoas por eventos, em até 03 (três) eventos simultâneos, e ainda os descritos no anexo A desde Termo de Referência;</p> <p>A empresa contratada deverá indicar a Administração Pública, por escrito, em até 48 horas após a assinatura do contrato, os nomes e telefones de contato de funcionários que atenderão as Ordens de Serviços, objeto do Termo de Referência, prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, atualizando os contatos sempre que necessário, e ainda:</p> <p>a) Responder com agilidade as solicitações e ajustes de última hora;</p> <p>b) Disponibilizar Canais claros (telefone, watzap, email) de comunicação entre a equipe de catering e os organizadores do evento para garantir o alinhamento das expectativas;</p> <p>É de responsabilidade da Contratada todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio da Casa Civil da Governadoria ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto;</p>	
7.2. LOCAL E HORA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	7.2.1 Os serviços serão executados, prioritariamente, na Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizado na Avenida Dr. Freitas, nº 2531, Bairro da Pedreira, Cidade de Belém, Estado do Pará, ou local previamente designado pela Administração Pública, no âmbito da Região Metropolitana de Belém, individual ou simultaneamente, em dias úteis, finais de semana e feriados, em qualquer turno, podendo ser acionado sob o mínimo de 12 (doze) horas de antecedência à execução.	
8. PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO		
8.1. PRAZO DO CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
8.2. HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.	
8.3. FORMA DE PAGAMENTO	Meio	<p>8.3.1 Cada evento demandado pelo Contratante será precedido da emissão de Ordem de Serviço, onde constarão no mínimo os seguintes documentos:</p> <p>a) Objetivo a que se destina o evento;</p> <p>b) Quantitativo estimado de pessoas;</p> <p>c) Relação de material/serviço necessário para o evento;</p> <p>d) Data e horário do evento;</p> <p>e) Local do evento, podendo ser definido de acordo com a especificidade do evento.</p> <p>Executados os serviços a Contratada apresentará nota fiscal em 02 (duas) vias, para liquidação e pagamento da despesa pela Contratante, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 30º (trigésimo) dia contados da entrega e atesto da nota fiscal;</p> <p>O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária em conta do</p>

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
AD907C8DDA2F064C.4F9CB2B5D845505EA.67E2E39ECEC54416  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4E87CC6345D8



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

	<p><b>Onde?</b></p> <p>Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/futura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008. Parágrafo único: A apresentação dos dados bancários somente será exigida no momento para fins da assinatura do contrato.</p> <p><b>Qual o prazo?</b></p> <p>O prazo para pagamento, após o recebimento e aceite da Nota Fiscal, efetivar-se-á em até 20 (vinte) dias úteis; O pagamento será condicionado à verificação/confirmação da prestação dos serviços. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue ao (a) CONTRATANTE, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos serviços executados. A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
<b>8.4. QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p><b>Justificativa:</b> <i>Conforme previsto na Lei 14.133/21.</i></p>
<b>8.5. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO</b>	<p>A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Contratante, doravante denominado Fiscal do Contrato, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto contratado, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, na forma da lei nº 14.133/2021 e suas alterações;</p> <p>O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste;</p> <p>As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo a fiscalização do contrato apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto, se for o caso;</p> <p>A Contratada será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado. No entanto, a Contratante, por meio do Fiscal do Contrato, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, seja diretamente ou por prepostos designados;</p> <p>A Fiscalização do Contrato manterá contato com o preposto indicado pela Contratada, para avaliar e aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, e se for o caso, o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.</p>

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4E87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

9. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Comete infração administrativa nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021, a Contratada que:

- a) Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Não mantiver a proposta.

Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,33 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até (05) cinco anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021, as empresas e os profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	10.1.1 As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta:
	UG CASA CIVIL: 110105 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 110105.04.122.1297 FONTE: 01500000001 NATUREZA DE DESPESA: 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA PROJETO ATIVIDADE: 8314 AÇÃO: 283142 Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.

Belém, 26 de março de 2024.

JOSÉ EDSON BRAZÃO FERREIRA  
Equipe de Planejamento de Contratação – CACCG



## ANEXO I – A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. DO BUFFET

As solicitações de serviços serão feitas por número de pessoas.

Os cardápios serão previamente aprovados pela equipe Técnica da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará.

### 2. - ESPAÇO FÍSICO DA CONTRATADA:

Na data de abertura do Pregão, comprovar na fase de habilitação, que dispõe de espaço físico, próprio ou alugado na cidade de Belém Estado do Pará, para atender os eventos da Governadoria, comprovado por meio de **documento hábil**, com capacidade média para 500 (quinhentas) pessoas sentadas, devendo este ser amplo ( mínimo de 500 m²), confortável, seguro, limpo, climatizado, bem localizado, de fácil acesso e com estacionamento privativo para no mínimo 10 (dez) carros para os veículos oficiais e, que as instalações tenham, recentemente, sido vistoriadas pelos órgãos oficiais de higiene sanitária e Corpo de Bombeiro Militar, com a devida comprovação.

A avaliação de capacidade de prestação de serviços será feita mediante visita da comissão técnica proveniente da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará à empresa, que permitirá análise da estrutura mínima necessária para atendimento dos serviços contratados, o qual deverá apresentar relatório técnico aprovando a capacidade.

### 3. DA ESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO

A contratada deverá possuir estrutura operacional com capacidade de atendimento das necessidades desta contratação, tais como:

- rechauds e talhares de prata ou de aço inox;
- pratos e xícaras de porcelana fina;
- copos e taças de cristal ou de vidro de ótima qualidade;
- mesas, cadeiras e biombos em madeira.
- Toalhas de mesa comuns e individuais e de banquete.

Transporte próprio e adaptado para locomoção e conservação com higiene e segurança, dos alimentos.

Material para conservação de alimentos, e tudo o mais que se faça necessário para a fiel prestação dos serviços.

Os utensílios a serem utilizados deverão ser de qualidade superior, discretos, sóbrios e de bom gosto, devendo ser incluídos objetos finos, de forma a atender adequadamente eventos de 10 a 2000 pessoas.

Entende-se por qualidade superior, todo material que se encontre em perfeito estado de conservação, sem qualquer dano. Quanto às toalhas e guardanapos de tecidos, deve encontrar-se em perfeita condição para a sua utilização, também sem danos e seu material deve ser compatível com a apresentação.

A equipe de apoio (cozinheiro, chefe de cozinha, auxiliares de cozinha, copeiros, garçons e demais profissionais necessários ao bom desempenho dos serviços em tela) deverá estar uniformizada, porta-se discretamente e com higiene, ser compatível com o número de refeições solicitado, bem como todo material de apoio de cozinha e bebidas.

#### a) DOS QUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS AO SERVIÇO DE BRUNCH E COFFE BREAK E COQUETEL.

Conjunto completo de louça e/ou porcelana (conforme demanda): pratinho de sobremesa, xícaras e pires de chá, xícara e pires para cafezinho; talheres de sobremesa e espátulas pasta e manteigas em aço inox e/ou prata; copos de vidro e/ou cristal para água e sucos (conforme a demanda);

Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – ParáCCG/PA - CNPJ/MF sob o nº

07.730.458/0001-45

Identificador de autenticação: 8882883.8288.85A.5A2288888888888888

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2024/118636 Anexo/Sequencial: 23



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE Nº 2024/118636

guardanapos de papel em número maior que os convidados e guardanapos de tecido (quando solicitado) em número igual aos participantes do evento.

Baixelas de serviço em louça, porcelana ou aço inox; Rechauds; talheres de serviço em aço inox e/ou prata (quando solicitado); bules e garrafas térmicas; Samovar de prata (quando solicitado);

Mesas de Buffet com toalhas de forração devidamente passada e de tecido fino.

**b) DOS QUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS AO SERVIÇO DE ALMOÇO - TIPO 01, 02 E 03**

Conjuntos completo de louça e/ou porcelana: sousplat (conforme demanda), prato raso, prato de sopa (conforme demanda), prato de sobremesa; Talheres de aço inox e/ou prata, talheres de aço e/ou prata para peixe, talher de sobremesa em aço inox e/ou prata; taças de vidro e/ou cristal (conforme a demanda) próprias para água e suco, taças de vidro e/ou cristal (conforme a demanda) próprias para vinho.

Baixelas de serviço e louça e/ou prata e/ou porcelana, Réchauds, talheres de serviço em aço inox e/ou prata;

Mesa de Buffet, com toalhas brocadas para forração (devidamente passadas e de tecido fino).

**c) QUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS AO SERVIÇO DE REFEIÇÃO BÁSICA**

**Embalagens térmicas, descartáveis, biodegradáveis.**

Embalagens em Isopor Atóxico, Biodegradável. Conjunto completo (Tampa + Fundo), possui 4 divisórias, medidas (Base Superior): 23 x 17 x 3,5 cm;

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416















**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA**  
**COORDENADORIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

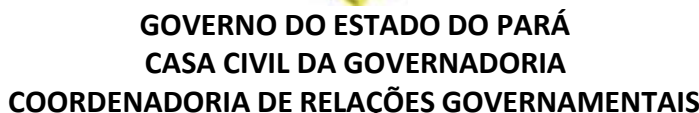
	<p>manutenção auxiliará na resolução imediata de questões simples, contribuindo para a eficiência operacional.</p> <p><b>Adequação a Inovações Tecnológicas:</b> A manutenção incluirá avaliação constante para incorporar inovações tecnológicas que possam otimizar os processos de preparação, armazenamento e distribuição de alimentos.</p> <p>A inclusão de serviços de manutenção não apenas visa à conservação de ativos, mas também à promoção da segurança alimentar, conformidade normativa e eficiência operacional contínua nos serviços de alimentação da Casa Civil.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>		
<b>ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO</b>			
<b>COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b>	<p><input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações similares.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b></p>		
<b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b>	Considerando a diversidade de eventos a serem atendidos pela Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, o quantitativo para os serviços de alimentação especializada é detalhado conforme a natureza e características de cada tipo de evento		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTDE ESTIMADA</b>
	<b>01</b>	<b>Brunch:</b> Café com e sem açúcar, chá (mínimo de três opções), leite frio e quente, chocolate quente com e sem açúcar, sucos naturais de frutas (mínimo de duas opções), iogurtes diversificados, água mineral com e sem gás, pães e biscoitos frescos e variados, manteiga com e sem sal, mel, geleia de frutas (mínimo de três tipos), mínimo de 06 (seis) frios e embutidos, mínimo de 06 (seis) salgados entre quentes e frios, ovos, frutas frescas e variadas, bolos, cereais, pratos quentes (mínimo de duas opções), pratos frios (mínimo de duas opções) e sobremesas (mínimo de duas opções).	<b>1000</b>
	<b>02</b>	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 1):</b> Servido à americana com no mínimo 03 (três) entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos	<b>300</b>

**Endereço: Avenida Doutor Freitas, nº 2531 - Marco - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará / Telefone: 55(91)3216-8855**  
**CCG/PA - CNPJ/MF sob o nº 07.730.458/0001-45**

Identificador de autenticação: 8F82E27.2B6B.E9B.9628B9F8E9E0B9D9A9B5  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
NNº do Protocolo: 2024/18636 Anexo/Sequencial: 237







### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Brunch	Por pessoa	1000	R\$ 103,15	R\$ 103.150,00
02	Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 1)	Por pessoa	300	R\$ 178,00	R\$ 53.400,00
03	Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 2)	Por pessoa	100	R\$ 266,80	R\$ 26.680,00
04	Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 3)	Por pessoa	300	R\$ 283,90	R\$ 85.170,00
05	Bebidas	Por pessoa	500	R\$ 36,13	R\$ 18.065,00
06	Refeição Rápida	Por pessoa	2000	R\$ 48,43	R\$ 96.860,00
07	Coquetel (tipo 1):	Por pessoa	500	R\$ 69,50	R\$ 34.750,00
08	Coquetel (tipo 2):	Por pessoa	500	R\$ 93,15	R\$ 46.575,00
09	Coffe Breack	Por pessoa	500	R\$ 64,45	R\$ 32.225,00
TOTAL					R\$ 496.875,00

Identificador de autenticação: 8F99E27.958E.E9B.952899E27E9E9D958E  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
 Nº do Protocolo: 2024/18636 Anexo/Sequencial: 237





# ANEXO D MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO [ÓRGÃO]

NºXXXX/AAAA

PAE nº 2024/118636

## RESUMO

### CONTRATANTE

Estado do Pará | CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO  
ESTADO DO PARÁ CNPJ nº 07.730.458/0001-45.

### CONTRATADO

Nome da pessoa física

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

ou

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

### OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de alimentação preparada, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, de acordo com as condições, quantidades e exigências estipuladas neste Termo de Referência.

### ENTREGA

Forma De forma parcelada.

Prazo 90 dias corridos após a emissão da nota de empenho.



*Local* Os serviços serão executados, prioritariamente, na Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizado na Avenida Dr. Freitas, no 2531, Bairro da Pedreira, Cidade de Belém, Estado do Pará

## VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

## REAJUSTE

*Índice* ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

*Período* A cada **12 meses**, a contar de **XX/XX/2024 (data doorçamento estimado)**.

## PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **20 dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

## FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

## VIGÊNCIA

*Prazo* **12 meses**.

*Início* **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

*Fim* **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1

#### Partes

Este contrato tem como PARTES:

#### CONTRATANTE

**Estado do Pará**, por intermédio da **CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 07.730.458/0001-45, com sede na Avenida Doutor Freitas, nº. 2531, bairro do Marco, CEP: 66087-812, Belém/PA, neste ato representado pelo seu Secretário, o Sr. **LUIZIEL HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, Secretário de Estado de Educação, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.920, em 04 de abril de 2022, e

Sra. **KARINA FAMPA DE SOUZA ARAUJO LIMA**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, Coordenadora de Relações Governamentais, nomeada através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.644, em 14 de dezembro de 2023.

#### CONTRATADO

**NOME DA PESSOA FÍSICA**, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

ou

**NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA**, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por **[NOME DO REPRESENTANTE DA PJ]**, RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

### CLÁUSULA 2

#### Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº xx/2024** constante no PAE nº 2024/118636 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.



CLÁUSULA 3

Objeto

O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de alimentação preparada, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

OBJETO							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIMAS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	<b>Brunch:</b> Café com e sem açúcar, chá (mínimo de três opções), leite frio e quente, chocolate quente com e sem açúcar, sucos naturais de frutas (mínimo de duas opções), iorgutes diversificados, água mineral com e sem gás, pães e biscoitos frescos e variados, manteiga com e sem sal, mel, geleia de frutas (mínimo de três tipos), mínimo de 06 (seis) frios e embutidos, mínimo de 06 (seis) salgados entre quentes e frios, ovos, frutas frescas e variadas, bolos, cereais, pratos quentes (mínimo de duas opções), pratos frios (mínimo de duas opções) e sobremesas (mínimo de duas opções).		UND	1000		
	2	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 1):</b> Servido à americana com no mínimo 03 (três) entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada montada mesa de chá, café e petit fours para serem		UND	300		

		servidos ao final do almoço ou jantar. Cobertura completa: uso de xícaras e pratos de louça, copos/taças em cristal, maitre, garçons, copeira etc.					
	3	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 2):</b> Servido à francesa com no mínimo 03 (três) tipos de entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada mesa de chá, café e petit fours, para serem servidos ao final do almoço ou jantar.		UND	100		
	4	<b>Almoços/Jantares de Diversos (Tipo 3):</b> Servido à inglesa com no mínimo 03 (três) entradas, cardápio com mínimo de 03 (três) tipos de prato principal, acompanhamentos, mínimo de 03 (três) tipos de sobremesa. Cardápio contendo opções de pratos de dietas especiais (vegetarianas, veganas, hipossódicas, de restrição calórica, de açúcar, gluten, lactose, etc), mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Deve ser montada mesa de chá, café e petit fours para serem servidos ao final do almoço ou jantar.		UND	300		
	5	<b>Bebidas:</b> mínimo de 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas		UND	500		
	6	<b>Refeição Rápida:</b> em porções de prato principal, acompanhamentos, disposta em recipiente térmico, descartável, acompanhada de bebida não alcoólica e sobremesa.		UND	2000		
	7	<b>Coquetel (tipo 1):</b> Serviço volante de até 15 (quinze) variedades de salgados entre quentes e frios, até 10 (dez) tipos de variedade de doces finos, contendo especiarias regionais, acompanhado de até 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas.		UND	500		
	8	<b>Coquetel (tipo 2):</b> Serviço volante		UND	500		

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
 EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907CDDA2F064C.4F9CB25DE45505EA.67E2E39CECE54416

		de até 15 (quinze) variedades de salgados entre quentes e frios, até 10 (dez) tipos de variedade de doces finos, acrescido por no mínimo 03 (três) tipos de mini- porção de pratos quentes ou frios, contendo especiarias regionais, acompanhado de até 06 (seis) tipos de bebidas não alcoólicas. Cobertura completa: uso de xícaras e pratos de louça, copos/taças em cristal, maitre, garçons, copeira etc.					
	9	<b>Coffe Breack:</b> Café, chá (mínimo de duas opções), sucos de frutas (mínimo de três variedades), biscoitos salgados e doces (frescos, finos e variados), mínimo de 02 (dois) tipos de bolos, mini sanduiches e três tipos de frutas.		UND	500		
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$	

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de [inserir ano da contratação], na classificação abaixo:

	<b>Gestão/Unidade</b>	XXXXXXXXX.
	<b>Fonte</b>	XXXXXXXXX.
	<b>Programa de Trabalho</b>	XXXXXXXXX.
	<b>Elemento de Despesa</b>	XXXXXXXXX.
	<b>Plano Interno</b>	XXXXXXXXX.

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87C6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25D845505EA.67E2E39ECEC54416



## Reajuste

## Pagamento

**Conta** XXXXXX-X.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será susado automaticamente.

A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.



## CLÁUSULA 9

### Garantia de cumprimento contratual

- ☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.
- ☒ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

A garantia corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor atualizado do contrato.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

<b>Banco</b>	Banpará.
<b>Agência</b>	XXXX-X.
<b>Conta</b>	XXXXXX-X.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **x dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **x dias úteis** (conforme Termo de Referência), no mínimo.

## CLÁUSULA 10

### Obrigação das partes

O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.

- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
  - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.

- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
Advertência*	
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Impedimento de licitar

	e contratar".
<p>b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</p> <p>c. Dar causa à inexecução total do contrato.</p> <p>d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.</p> <p>e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.</p> <p>f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.</p> <p>g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.</p> <p>h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.</p> <p>i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.</p> <p>j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.</p> <p>k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Declaração de inidoneidade para licitar e contratar".</p>
	<p><b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b></p>

O atraso injustificado autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

## Multa

### *Moratória*

- a. **x%** (inserir o percentual) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **x dias corridos** (inserir o número de dias).
- b. **x%** (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **x dias corridos** (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A aplicação das sanções deve observar:

- A natureza e gravidade da infração.
- As peculiaridades do caso.
- As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- Os danos causados ao CONTRATANTE.
- A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 13

### Alterações do contrato

As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 14

### Extinção do contrato

O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

## CLÁUSULA 15

### Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

## CLÁUSULA 16

### Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

## CLÁUSULA 17

### Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

## CLÁUSULA 18

### Divulgação e publicação

O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA 19

### Vigência

O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), xx de xxxxx de 2024.	
<div>NOME DO TITULAR</div> <div>Cargo</div> <div>Contratante</div>	<div>NOME DO CONTRATADO</div> <div>Nome do representante, se não for PF</div> <div>Contratado</div>
<div>NOME DA TESTEMUNHA</div> <div>RG: xxxxxxxx PC/UF</div> <div>CPF: xxx.xxx.xxx-xx</div> <div>Testemunha</div>	<div>NOME DA TESTEMUNHA</div> <div>RG: xxxxxxxx PC/UF</div> <div>CPF: xxx.xxx.xxx-xx</div> <div>Testemunha</div>

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)  
EM 05/04/2024 14:36 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: F62A4FE87CC6345D8.AD907C8DDA2F064C.4F9CB25DE845505EA.67E2E39ECEC54416